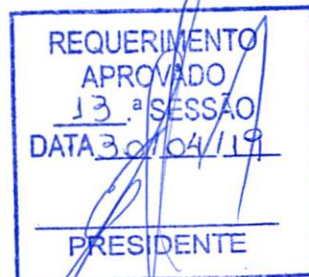




*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Vereadores



**REQUERIMENTO**

167 /19

No dia 8 de março deste ano, a Câmara Municipal de Praia Grande aprovou em duas votações (em sessão ordinária e extraordinária) projeto de lei de abertura de crédito suplementar da ordem de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) ao Executivo Municipal.

No dia 7 de março, ou seja, na véspera da aprovação, esta Casa de Leis recebeu um representante da subsecretaria de Planejamento e Controle Orçamentário que afirmou que, do total do crédito acima citado, R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) seriam destinados ao Complexo Hospitalar Irmã Dulce. E nada mais justo que se invista no único hospital público de nossa cidade.

Ocorre que, na última quarta-feira, dia 24 de abril, durante a última reunião do Conselho Municipal de Saúde, realizada na Sede da Cada dos Conselhos, constava da ordem do dia dois termos aditivos ao contrato com a SPDM, que foram colocados em votação e aprovados.

O primeiro, no valor de quase 6 milhões de reais. Já o segundo, no momento da apresentação, não mostrava no “campo do valor” do contrato qualquer quantia assinalada. Ao contrário, o campo que devia está preenchido com o respectivo valor, estava marcado com várias letras “X” (xis).

Diante da ausência de um valor determinado, e diante dos apontamentos neste quesito feitos pelos presentes à reunião, o representante da Secretaria de Saúde apresentou ofício indicando que o somatório dos dois termos aditivos que estavam sendo votados deveriam perfazer um total de aproximadamente R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), o que nos leva a “deduzir” que o segundo termo aditivo, não poderá ser maior do que um valor em torno de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

Diante das diferenças significativas de valor nas quantias apresentadas nesta reunião do Conselho de Saúde, e também na nossa reunião do dia 07 de abril nas dependências da Sala das Comissões é que:



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**REQUEIRO** à mesa ouvido o colendo plenário e satisfeitas as formalidades regimentais, que este requerimento seja enviado ao senhor prefeito Alberto Mourão, para que informe sobre as seguintes questões:

- 1). Sendo a quantia destinada ao Complexo Hospitalar Irmã Dulce da ordem de dezoito milhões de reais, conforme informado pela Subsecretaria de Planejamento e Controle Orçamentário, e já que o total aprovado nos termos aditivos na reunião do COMUSA foi de oito milhões e quinhentos mil reais aproximadamente, como serão usados os R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) restantes?
- 2). Esse valor será usado nas obras de ampliação do hospital prometidas pela Administração Municipal? Em caso afirmativo, de quem é a responsabilidade pela contratação da obra: SPDM ou Prefeitura? Em caso negativo, no que será empregada essa verba aprovada?
- 3). No valor dos aditivos votados e aprovados na reunião do COMUSA em 24/04/2019 constam gastos com reformas e manutenção no sistema de refrigeração do Complexo Hospitalar. Considerando que esses gastos representam despesa de capital (já que consertar o ar condicionado não é custeio, mas sim investimento), por que já não lançar nos termos aditivos TODAS as despesas de capital necessárias para um atendimento de qualidade no hospital?

**Sala Emancipador Oswaldo Toschi**

**30 de abril de 2019**

**Leandro Avelino**

**Vereador**